

INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL  
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE  
2015

DENOMINAÇÃO \*CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TOUGUINHA

MORADA Rua Padre Joaquim Amorim

N. 48 ANDAR LOCALIDADE Touguinha

FREGUESIA Touguinha

CONCELHO Vila do Conde

COD. POSTAL 4480-512

EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Touguinha \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Touguinha \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

ASSINATURAS

João Manuel Laranjeira

ASSINATURA DO PRESIDENTE

João Gabriel M. Cunha  
cne dos Santos Barros  
Rosa da Glória Nunes de Silva

Joaquim Amorim

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	576 756,04	673 392,15
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento	5	212 625,00	0,00
Activos intangíveis	6	730,61	0,00
Investimentos financeiros	12.1	550,98	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		790 662,63	673 392,15
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	12.2	27 480,89	19 422,56
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12.9	2 741,89	3 746,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	12.3	30 153,72	30 165,93
Diferimentos	12.4	1 153,06	3 189,47
Outros activos financeiros	12.5	238 842,36	229 105,38
Caixa e depósitos bancários	12.6	416 027,51	411 118,55
		716 399,43	696 748,13
<b>Total do activo</b>		1 507 062,06	1 370 140,28
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12.7	140 000,00	140 000,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.7	801 555,73	826 069,54
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.7	250 533,89	250 533,89
		1 192 089,62	1 216 603,43
Resultado líquido do período		-28 558,99	-24 513,81
<b>Total do fundo de capital</b>		1 163 530,63	1 192 089,62
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.8	23 513,05	13 868,50
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12.9	8 358,71	7 009,63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	234 041,65	99 028,36
Outras contas a pagar	12.10	77 618,02	58 144,17
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		343 531,43	178 050,66
<b>Total do passivo</b>		343 531,43	178 050,66
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		1 507 062,06	1 370 140,28

*João Manuel Henriques*

A Direcção

O Responsável

CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 503197483

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	383.481,71	348.445,30
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.11	327.261,15	305.057,44
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12.12	344.728,75	329.171,97
Gastos com o pessoal	10	390.178,08	339.283,07
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	9.736,98	9.340,02
Outros rendimentos e ganhos	12.14/16	16.698,74	12.708,43
Outros gastos e perdas	12.15	14.739,14	17.271,83
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>		<b>-12.467,39</b>	<b>-10.175,68</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	16.091,60	14.338,13
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-28.558,99</b>	<b>-24.513,81</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-28.558,99</b>	<b>-24.513,81</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-28.558,99</b>	<b>-24.513,81</b>

A Direção

*João Evangelho Euresco*  
*João Evangelho Euresco*

O Responsável

*João Evangelho Euresco*  
*João Evangelho Euresco*

*João Evangelho Euresco*  
*João Evangelho Euresco*  
*João Evangelho Euresco*

Entidade: CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 503197483

Moeda: Euros

	NOTAS	Creche	Lar	PERÍODOS	
				2015	2014
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>					
Vendas e serviços prestados	8	35 806,46	347 675,25	383 481,71	348 445,30
Custo das vendas e dos serviços prestados	10/12.12	142 494,13	427 481,38	569 975,51	507 468,33
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-106 687,67</b>	<b>-79 806,13</b>	<b>-186 493,80</b>	<b>-159 023,03</b>
Outros Rendimentos	9/12.11/12.13/12.14/12.16	121 567,00	232 129,87	353 696,87	327 105,89
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	5/6/12.12	35 906,92	141 741,00	177 647,92	175 324,84
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	12.12/12.15	3 775,93	14 338,21	18 114,14	17 271,83
<b>Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)</b>		<b>-24 803,52</b>	<b>-3 755,47</b>	<b>-28 558,99</b>	<b>-24 513,81</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-24 803,52</b>	<b>-3 755,47</b>	<b>-28 558,99</b>	<b>-24 513,81</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-24 803,52</b>	<b>-3 755,47</b>	<b>-28 558,99</b>	<b>-24 513,81</b>

**CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE TOUGUINHA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		519 772,66	339 383,45
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		445 761,67	348 192,90
Pagamentos ao pessoal		259 246,38	236 660,22
Caixa gerada pelas operações		-185 235,39	-245 469,67
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>		0,00	0,00
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		172 724,58	176 301,24
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-12 510,81	-69 168,43
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		10 019,57	12 482,59
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		10 019,57	12 482,59
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		8 103,58	9 841,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		703,38	76,50
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		7 400,20	9 764,50
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		4 908,96	-46 921,34
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		411 118,55	458 039,89
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		416 027,51	411 118,55

A Direção

*João Manuel Pereira e Silva*

O Responsável

*João Manuel Pereira e Silva*

# **CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TOUGUINHA**

**Anexo**

**Demonstrações Financeiras**

**2015**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
6	Ativos Intangíveis .....	11
7	Inventários .....	11
8	Rédito .....	11
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	11
10	Benefícios dos empregados .....	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
12	Outras Informações.....	12
12.1	Investimentos Financeiros .....	12
12.2	Clientes e Utentes .....	12
12.3	Outras contas a receber .....	13
12.4	Diferimentos .....	13
12.5	Outros Ativos Financeiros .....	13
12.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
12.7	Fundos Patrimoniais.....	13
12.8	Fornecedores .....	14
12.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	14
12.10	Outras Contas a Pagar.....	14
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	14
12.12	Fornecimentos e serviços externos.....	15
12.13	Aumentos /reduções justo valor.....	15
12.14	Outros rendimentos e ganhos .....	15
12.15	Outros gastos e perdas .....	15
12.16	Resultados Financeiros.....	16
12.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

## **1 Identificação da Entidade**

O “CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE TOUGUINHA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, com estatutos publicados no Diário da República n.º 295, Série III, com sede na Rua Padre Joaquim Amorim, 48, Touguinha – Vila do Conde.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, cooperando com os serviços públicos competentes ou com as Instituições Particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social;
- Sempre que tal se justifique, e seja possível, a ação do Centro estender-se-á aos habitantes das paróquias vizinhas.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



### **3.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, assim sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

### 3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

## **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Programas de computador	1.915,30	876,74	0,00	0,00	2.792,04
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>1.915,30</b>	<b>876,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.792,04</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Programas de computador	1.915,30	146,13	0,00	0,00	2.061,43
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>1.915,30</b>	<b>146,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.061,43</b>
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>730,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>730,61</b>

## 7 Inventários

A instituição não apresenta inventário de géneros alimentares, uma vez que as refeições são fornecidas por uma empresa de catering, registadas na conta 621-Subcontratos.

## 8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>383.481,71</b>	<b>348.445,30</b>
Quotas de utilizadores	383.481,71	348.445,30
<b>Outros Réditos</b>	<b>10.019,57</b>	<b>12.482,59</b>
Juros	10.019,57	12.482,59
<b>Total</b>	<b>393.501,28</b>	<b>360.927,89</b>

## 9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2015			31-12-2014		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	254.482,68	0,00	0,00	241.727,07
C M Vila do Conde	Não reembolsável	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	12.000,00
U F Touguinha e Touguinhó	Não reembolsável	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	125,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	19.043,71	0,00	0,00	14.548,30
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>287.826,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>268.400,37</b>

## 5 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Terrenos	131.804,66	0,00	0,00	-56.250,00	75.554,66
Edifícios	561.090,63	105.000,00	0,00	-143.221,90	522.868,73
Equipamento Básico	182.230,41	1.261,94	0,00	0,00	183.492,35
Equipamento de Transporte	24.031,82	0,00	0,00	0,00	24.031,82
Equipamento Administrativo	2.490,50	0,00	0,00	0,00	2.490,50
Equipamento Informático	12.268,61	144,32	0,00	0,00	12.412,93
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.367,55	0,00	0,00	0,00	1.367,55
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>915.284,18</b>	<b>106.406,26</b>	<b>0,00</b>	<b>-199.471,90</b>	<b>822.218,54</b>
<b>Investimentos em Curso</b>					
Remodelação edifício	0,00	25.528,10	0,00	-25.528,10	0,00
<b>Investimentos em Curso</b>	<b>0,00</b>	<b>25.528,10</b>	<b>0,00</b>	<b>-25.528,10</b>	<b>0,00</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Edifícios	24.065,79	10.107,38	0,00	-9.000,00	25.173,17
Equipamento Básico	178.246,30	2.206,83	0,00	0,00	180.453,13
Equipamento de Transporte	24.031,82	0,00	0,00	0,00	24.031,82
Equipamento Administrativo	2.490,50	0,00	0,00	0,00	2.490,50
Equipamento Informático	11.690,07	256,26	0,00	0,00	11.946,33
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.367,55	0,00	0,00	0,00	1.367,55
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>241.892,03</b>	<b>12.570,47</b>	<b>0,00</b>	<b>-9.000,00</b>	<b>245.462,50</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>673.392,15</b>	<b>119.363,89</b>	<b>0,00</b>	<b>-216.000,00</b>	<b>576.756,04</b>

### Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2014 e 2015, foram os seguintes:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	56.250,00	56.250,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	168.750,00	168.750,00
<b>Propriedades Investimento Bruto</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>225.000,00</b>	<b>225.000,00</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	0,00	3.375,00	0,00	9.000,00	12.375,00
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>3.375,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>12.375,00</b>
<b>Propriedades Investimento Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>-3.375,00</b>	<b>0,00</b>	<b>216.000,00</b>	<b>212.625,00</b>



## 10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram de “8”. De um período para outro não se verificou a alteração de qualquer membro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de “31” e em 31/12/2015 foi de “29”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	283.719,15	261.693,23
Indemnizações	17.500,00	303,01
Encargos sobre as Remunerações	59.133,07	53.543,18
Seguros de Acid.Trabalho e Doenças Profissionais	5.583,04	4.644,38
Outros Gastos com o Pessoal	1.372,70	1.905,05
IEFP – Estágios/CEI	22.870,12	17.194,22
<b>Total</b>	<b>390.178,08</b>	<b>339.283,07</b>

## 11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social de encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
Fundo Compensação do Trabalho	550,98	0,00
<b>Total</b>	<b>550,98</b>	<b>0,00</b>

### 12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	27.480,89	19.422,56
<b>Total</b>	<b>27.480,89</b>	<b>19.422,56</b>

### 12.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Entidades do Setor Público Administrativo	13.323,55	13.667,18
Outros Devedores	16.830,17	16.498,75
<b>Total</b>	<b>30.153,72</b>	<b>30.165,93</b>

### 12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	987,01	3.189,47
Rendas antecipadas	166,05	0,00
<b>Total</b>	<b>1.153,06</b>	<b>3.189,47</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
IEFP	0,00	13.138,36
Prestação serviços vitalícios	234.041,65	85.890,00
<b>Total</b>	<b>234.041,65</b>	<b>99.028,36</b>

### 12.5 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Credito Agrícola – PR/102	238.842,36	229.105,38
<b>Total</b>	<b>238.842,36</b>	<b>229.105,38</b>

### 12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	1.317,58	1.858,35
Depósitos à ordem	3.976,02	8.544,01
Depósitos a prazo	410.733,91	400.716,19
<b>Total</b>	<b>416.027,51</b>	<b>411.118,55</b>

### 12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00
Resultados transitados	826.069,54	0,00	24.513,81	801.555,73
Outras variações nos fundos patrimoniais	250.533,89	0,00	0,00	250.533,89
<b>Total</b>	<b>1.216.603,43</b>	<b>0,00</b>	<b>24.513,81</b>	<b>1.192.089,62</b>

## 12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Ativo</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fornecedores c/c	23.513,05	13.868,50
<b>Total</b>	<b>23.513,05</b>	<b>13.868,50</b>

## 12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.741,89	3.746,24
<b>Total</b>	<b>2.741,89</b>	<b>3.746,24</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.649,24	1.085,33
Segurança Social	6.675,75	5.924,30
Fundos Compensação Trabalho	33,72	0,00
<b>Total</b>	<b>8.358,71</b>	<b>7.009,63</b>

## 12.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	8.750,02	0,00	0,00
Entidades Setor Publico Administrativo – ISS (dotação a repor)	0,00	2.365,13	0,00	6.190,25
Credores por acréscimo de gastos	0,00	52.794,75	0,00	44.783,43
Outros credores	0,00	13.708,12	0,00	7.170,49
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>77.618,02</b>	<b>0,00</b>	<b>58.144,17</b>

## 12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	287.826,39	268.400,37
Doações e heranças – Donativos	39.434,76	36.657,07
<b>Total</b>	<b>327.261,15</b>	<b>305.057,44</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

**12.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	179.797,43	168.185,26
Serviços especializados	35.246,30	39.421,36
Materiais	2.480,05	1.696,92
Energia e fluidos	43.890,22	42.359,29
Deslocações, estadas e transportes	183,00	22,00
Serviços diversos	60.829,02	55.816,97
Encargos com utentes	22.302,73	21.670,17
<b>Total</b>	<b>344.728,75</b>	<b>329.171,97</b>

**12.13 Aumentos /reduções justo valor**

A Entidade reconheceu em 2015 e 2014 ganhos de “justo valor” nas seguintes rubricas:

Descrição	2015	2014
Em instrumentos financeiros	9.736,98	9.340,02
<b>Total</b>	<b>9.736,98</b>	<b>9.340,02</b>

**12.14 Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>6.679,17</b>	<b>225,84</b>
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	41,60
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	6.200,00	0,00
Outros	479,17	184,24
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>	<b>10.019,57</b>	<b>12.482,59</b>
Juros obtidos	10.019,57	12.482,59
<b>Total</b>	<b>16.698,74</b>	<b>12.708,43</b>

**12.15 Outros gastos e perdas**

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	10.951,46	1.975,66
Outros Gastos e Perdas	3.787,68	15.296,17
<b>Total</b>	<b>14.739,14</b>	<b>17.271,83</b>

**12.16 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	10.019,57	12.482,59
<b>Total</b>	<b>10.019,57</b>	<b>12.482,59</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>10.019,57</b>	<b>12.482,59</b>

**12.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila do Conde, 31 de Dezembro de 2015

O Contabilista Certificado



A Direção

Joaquim Inocência Amorim  
 Jacinto Manuel Feres + Sr

João Gonçalves Eusebio  
 José dos Santos Benício  
 Maria da Glória Neves da Silva